

**SUBJETIVIDADE E LINGUAGEM: UM OLHAR
SOBRE A PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO
E A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM**

*Maria Francisca Lier-De Vito**

A propriedade privada, no domínio da linguagem, não existe [...] o idioleto é, afinal, uma ficção algo perversa (Jakobson, 1953, p. 23).

A relação “Sujeito e Linguagem” será abordada, aqui, a partir de considerações sobre os monólogos da criança. É sabido que a questão da fala/discurso egocêntrico é tematizada e discutida em profundidade na Psicologia do Desenvolvimento por Piaget e Vygotsky, dois dos estudiosos mais representativos da área. De início, chama a atenção que seja por meio deles e na psicologia que essas produções linguísticas da criança façam questão e ocupem lugar de evidência.

A expressão “fala egocêntrica” é cunhada por Piaget em seu livro de 1923, *A linguagem e o pensamento da criança*. Isso não significa, porém, que ela tenha permanecido, por muito tempo, no centro das preocupações do autor. A idéia de “egocentrismo” tem raízes na sua convicção relativa à condição inicial da criança

* Lael, PUC-SP e Deric, PUC-SP.

que, segundo seu ponto de vista, é de *centração*. Assim, em Piaget, nada mais adequado do que ler que o egocentrismo caracteriza o pensamento da criança e que sua fala é, por consequência lógica, também “egocêntrica”.

O fato é que, para esse autor, a *ação* individual é que responde pela estruturação cognitiva. Afinal, a *ação* é que é estruturante. Nesse caso, o *lingüístico* fica reduzido a fenômeno expressivo/comunicativo, que pouco tem a ver com o cognitivo. Aliás, Piaget declara, explicitamente, seu desinteresse pela linguagem, em artigo de 1973, “A linguagem e as operações intelectuais”, quando afirma que:

Teria sido melhor pedirem-me esta exposição há quarenta anos, quando das minhas primeiras obras, numa época em que acreditava nas relações estreitas entre a linguagem e o pensamento [...] Desde então, o estudo da inteligência sensório-motora *antes da linguagem* [...] fizeram-me ver que existe uma lógica de coordenações de ações mais profunda do que a lógica vinculada à linguagem e muito *anterior* a das proposições. (1973, p. 64) (ênfases minhas).

Piaget diz, então, que tratará, nesse artigo de 1973, das *insuficiências da linguagem*. Quais seriam elas? Se a ação precede a linguagem e, *antes* dela, as ações se coordenam, Piaget conclui que há lógica *fora* da linguagem. Essa convicção decide o destino da linguagem na obra de Piaget. Ela é condição necessária mas *não suficiente* à constituição das operações. Haverá sempre um *alguém* da linguagem. Entende-se, diante disso, a escassez de consideração sobre os monólogos em *A formação do símbolo na criança*, de 1946. A rigor, o último livro em que esse autor fala sobre linguagem.

Dizer que as operações têm raízes *alguém* da linguagem implica uma decisão metodológica – a de se ater a condutas estritamente individuais. Sabe-se que, para Piaget, a linha ontogenética vai do biológico ao psicológico e, finalmente, ao social. Convém assinalar, mais uma vez, que o autor põe ênfase na *independência do sujeito*. A subjetivação é, então, processo que se contrói *fora* da linguagem e a expressão “egocêntrica” resulta perfeitamente ajustada à sua argumentação, já que à ação individual, como disse, é atribuído papel constitutivo (e não à linguagem).

Que consequências advêm desse gesto de Piaget? Em primeiro lugar, as ditas ações sociais/coletivas ficam destituídas de importância e, em segundo, à

linguagem – a mais social das ações sociais (expressão do próprio autor) – fica, em sua obra, relegado o papel acessório de instrumento expressivo do pensamento. *Note-se que é a exclusão do linguístico que garante a coerência da argumentação em favor de uma subjetividade unitária, egocêntrica, em controle de si mesma.* Subjetividade esta que encontra lugar de expressão privilegiado nos monólogos da criança...

Vygotsky também porá a fala egocêntrica em destaque. Para introduzir a discussão sobre o seu lugar na obra desse autor, é esclarecedor confrontar as trajetórias do desenvolvimento ontogenético conforme concebidas por Piaget e por ele. A divergência que aí se expressa pode ser dita radical, pelo menos de um ponto de vista panorâmico. De fato, a criança piagetiana tem um longo caminho solitário a percorrer antes que se possa dizer que suas ações sejam socializadas e que sua linguagem seja comunicativa. Vygotsky defende, exatamente, o ponto de vista oposto. Ele assegura que “...desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social...” (1984, p. 33).

Isso quer dizer que as conquistas da criança *não são solitárias*. Não deixa de chamar atenção que, em meio a tal discordância, à fala egocêntrica seja atribuído, em ambas as propostas, o estatuto de “período de transição”, de “elo genético” a ligar dois pontos de partida e de chegada tão divergentes.

Como se vê, Vygotsky pretende que a criança *não* seja centrada. Em oposição ao egocentrismo radical de Piaget e à sua interpretação do meio sócio-cultural como “força coercitiva”, Vygotsky propõe o “social” como “constitutivo” do desenvolvimento. Será na função comunicativa da linguagem que ele procurará articular social e linguístico nos momentos iniciais da vida da criança (Lier-De Vitto, 1994a).

Se, como disse, em Piaget, o termo “egocêntrico” condiz com a teoria, não me parece que, em Vygotsky, ele encontre a mesma harmonia. Digo isso porque a crítica que ele faz a Piaget incide e insiste, primordialmente, no solipsismo primitivo e autogerador, que implica acreditar em capacidades que fazem o desenvolvimento responder “às suas próprias leis imanentes” (Vygotsky, 1934/1979, p. 49).

O objetivo de Vygotsky é mostrar que o movimento da história é mais que a sucessão de atualizações de uma realidade interna preexistente. O processo de

desenvolvimento está, como diz, “profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social” (1984, p. 33). Para ele, o desenvolvimento humano é de uma ordem outra que a da natureza. Vygotsky trata de elaborar uma “*evolução dialética*” – com rupturas – para dela fazer brotar, do universal natural dos seres vivos, o singular da espécie humana. O *singular*, a “diferença”, está em que “o *homem é dono de seu comportamento*” (1930/1991, p. 71) (ênfase minha). “Dono”, porque ele tem *consciência*. Vê-se que o compromisso de Vygotsky com a “tomada de consciência” fica declarado, compromisso aliás disciplinar: ele é um psicólogo do desenvolvimento, do desenvolvimento da cognição.

Ele dirá que, como “tipicamente humana”, a consciência decorrerá do submetimento do individual/natural ao cultural/social ou, como disse Giannotti (1985, p. 134), comentando K. Marx, “submetimento” que se traduz em uma “resistência ao projeto da natureza”. Nesse caso, é por submetimento ao “de fora” que esse ser se humaniza. O “genuinamente humano”, em Vygotsky, vem “de fora” e vai “para dentro”. E o que vai para dentro é a linguagem. A internalização da linguagem ocorre e se faz ver, segundo ele, no período da “fala egocêntrica”, nos monólogos da criança.

A linguagem, para ele, é o único instrumento de ação reversa e é por isso que ela pode exercer duplo controle – externo/social e interno/psicológico. Será na fala egocêntrica que esse duplo controle ganhará lugar de expressão: será quando a fala da própria criança, além de controlar o comportamento dos outros, passará também a interferir no curso de sua própria ação, renunciando, na opinião do autor, a constituição do plano cognitivo, interno, próprio.

Entende-se, assim, o porquê da importância teórica e empírica da *fala egocêntrica* para Vygotsky. O autor a mantém, a exemplo de Piaget, no livro de 1923, como lugar empírico de expressão de um plano que não se dá a ver – o interno. Vygotsky procurará, contudo, reinterpretá-la no sentido de atribuir a ela estatuto tal que a torne mais ajustada ao modelo de desenvolvimento que propõe. Entretanto, será pela via da *internalização* que ela criará a consciência (Lier-De Vitto (s.d.). *A fala egocêntrica é chamada a explicitar o início e o desenvolvimento desse processo*. Daí seu estatuto de elo genético, de período de transição.

Quero chamar a atenção para o fato de que, embora Vygotsky tenha almejado oferecer uma proposta radicalmente diferente da de Piaget, ao manter inquestionada a expressão “egocêntrica” – fala centrada no eu – ele não pôde promover a revolução anunciada porque nela se mantém (apesar de temporalmente deslocada) a noção

axial do projeto piagetiano, que é o de centração. Se a centração não é um primitivo, ela é algo a conquistar. Onde se vê isso em Vygotsky? Na internalização da linguagem que inaugura a “auto-regulação”, o “auto-controle”.

Note-se que o prestígio que Vygotsky quer dar à linguagem não chega a alterar o objetivo primeiro da Psicologia do Desenvolvimento, que é com o sujeito da consciência – com o sujeito epistêmico por excelência. Tal compromisso se explicita na natureza mesma de seu objetivo: “a tomada de consciência” pela criança, ou seja, a construção do cognitivo. Vygotsky quer introduzir a linguagem, mas não se dá conta de que ela não pode achar, nesse ambiente, terreno fértil. *Na complementaridade entre o “social” e o “individual”, não há lugar para a autonomia da linguagem*, como adverte Paul Henry (1992). Por isso, a intuição de Vygotsky sobre a força do lingüístico cede lugar à filiação disciplinar.

Vale atentar para o rótulo “fala egocêntrica”. Nele, a “fala” e o “cognitivo” convivem, mas não sem o prejuízo da linguagem, como procurei mostrar. Isso porque a linguagem não ultrapassa o limiar de “instrumento” de regulação e controle. Ora, “instrumento” é algo que é posto em uso por alguém que fique “em controle” dele, por um sujeito que sabe como usá-lo. A linguagem, então, instrumento que é – e como qualquer instrumento – fica a serviço de um uso. Ela será “usada para”. *Terá, portanto, função*. No caso de Vygotsky, “comunicativa”, a princípio, e “cognitiva”, “expressiva”, num segundo tempo. Fato é que a internalização “faz nascer” o sujeito epistêmico em Vygotsky.

Dizer que a linguagem é internalizada para “pôr ordem na nebulosa que é o pensamento”, não esconde o fato do pensamento “já estar lá”. Mas, assim mesmo, Vygotsky quer a linguagem como constitutiva. Ele diz que a linguagem é *fásica*, diz Vygotsky (1930), e o pensamento *a-fásico*. “Constituir” teria, então, o sentido de “estruturar”, ou seja, de organizar (a nebulosa) e sequenciar (submetê-lo a fases) o pensamento. Quero assinalar que “estruturar” perde, assim, o seu sentido de “constituir”, isso porque, vale sublinhar, o pensamento já está lá *antes* da internalização da linguagem.

Embora esse autor procure atribuir a ela papel estruturante, seu objetivo é traído porque *ele nada diz sobre o seu funcionamento*, ainda que a responsabilize pela “estruturação” do cognitivo: A questão é: *fica-se sem saber por quais meios a linguagem faz o que ele diz que ela faz*. É por isso que a sua grande intuição

sobre o lingüístico, sobre a sua força estruturante, não pode ultrapassar o limite de uma invocação meramente retórica.

Se é notável, como disse de início, que tenha sido primeiramente na Psicologia do Desenvolvimento, por meio de Piaget e depois de Vygotsky, que os monólogos da criança tenham sido postos em evidência sob a expressão “fala egocêntrica”, penso ser o caso de procurar apreender o que se aloja sob o aparente contra-senso, que vou enunciar da seguinte maneira: como pode ser que uma questão de linguagem seja desconsiderada por estudiosos da linguagem da criança e prestigiada por psicólogos do desenvolvimento?

A presença insólita dos monólogos na área de Aquisição da Linguagem fala a favor do que denominei acima de “contra-senso”. É que os monólogos têm, na história da área, uma trajetória descontínua e irregular, entremeada de longos períodos de absoluto silêncio sobre eles. Não seria impróprio afirmar que os monólogos têm uma presença sintomática – quase sempre *reduzida a um título* –, a designar mais a circunstancialidade do material empírico coletado do que propriamente a qualificar a singularidade que o acontecimento lingüístico registrado exprime.

Isso porque, na área de Aquisição da Linguagem, os pesquisadores procuram, via de regra, encontrar nos dados de crianças evidências de uma estruturação sentencial progressiva. A sentença acaba, então, sendo a única unidade analisável independentemente da especificidade dos materiais em questão: sejam eles monólogos ou diálogos, orais ou escritos. Desse modo, o que fenomenologicamente se apresenta como heterogêneo é regularizado. É nesse passe, também, que se homogeneiza o sujeito na qualidade de falante-ouvinte ideal, um sujeito propriamente epistêmico/universal.

Por isso mesmo, chama a atenção o aparente descaso que os estudiosos da linguagem da criança destinaram às intuições descritivas que Piaget e Vygotsky ofereceram para os monólogos. Sensibilidade aos dados que, nesses autores, deve ser reconhecida. Eles falaram em “falta de clareza” e em “ininteligibilidade” como características dessas produções. Isso foi silenciado, desprezado pelos pesquisadores da aquisição da linguagem.

Acontece que esse “pouco caso” em relação à palavra desses autores (Piaget e Vygotsky), que foram lidos por eles, tem a função de encobrir uma zona de

perigo que, de fato, não parece ter sido vislumbrada na área de Aquisição da Linguagem. Seria, então, impróprio falar em “descaso”. Trata-se, ao que tudo indica, de uma modalidade de cegueira que decorre da “aplicação”. Ou seja, o que escapa ao representável pelo modelo descritivo adotado é descartado e é, para efeito de análise, “higienizado”, como assinalou C. Lemos, já em 1982, em seu artigo “Sobre Aquisição da Linguagem e seu Dilema (Pecado) Original”.

Ora, o que nos monólogos capturou o olhar de Piaget e Vygotsky foi exatamente o que foi higienizado, o “lixo”. Alheios ao instrumental de análise da Lingüística e ao ideal do lingüista, esses psicólogos puderam ver neles mais do que regularidades combinatórias a anunciar uma estruturação sentencial progressiva: viram algo da linguagem que é desqualificado na Lingüística. Piaget atesta “falta de clareza” e remete essa qualidade à natureza do texto, que diz composto de “frases curtas” (incompletas?), “entrecortadas de silêncios”. Ou seja, os monólogos são, podê-se dizer, discursos disfluents e lacunares. Vygotsky os qualificará como “ininteligíveis” devido à sua “sintaxe particular”, “elíptica”, nas palavras do autor.

Note-se; porém, que as referências feitas à “falta de clareza” ou de “inteligibilidade”, que tais observações trazem à luz, não parecem ter sido lidas. A praxe da higienização, ao longo do processo de eleição do que será considerado digno ou não da “análise lingüística”, traz como resultado o esfacelamento dos monólogos. Desse modo, o inquietante é silenciado. Perde-se, como consequência, a trama do texto.

Restam dele unicamente os fragmentos “bem formados”, aqueles que coincidem com as “regularidades combinatórias”. *A pergunta que faço é: por que e para que precisavam de monólogos esses estudiosos cuja análise não faz mais que negar o que é particular nos dados?* A resposta é: precisavam e muito.

É que, mesmo que se admita a existência de um período inicial de “uso sem saber”, de uso de palavra de outros, esse período deve ser superado. “Saber sobre”, “saber como usar”, são assumidos como metas a atingir. Também no campo da aquisição da linguagem – e aí vê-se o impacto que Piaget e Vygotsky produziram – os monólogos, essas ditas produções solitárias, são períodos de transição entre o “não saber” e o “saber”. Eles foram convocados para registrar o momento em que *a criança começa a ficar “fora do uso” para estudar/observar a linguagem*, para

aprender sobre a linguagem por meio de “exercícios estruturais”. Momento, então, em que o *sujeito é situado diante do lingüístico e fora dele*.

Sujeito propriamente psicológico que para “aprender”, para exercer *controle* sobre esse novo objeto – a linguagem – tem que “mudar seu destino” de assujeitado à fala do outro a sujeito da linguagem : tem que passar do “uso da linguagem” ao “conhecimento sobre a linguagem”. É isso que, na opinião dos pesquisadores que trataram dos monólogos, os dados, interpretados como auto-correções e reformulações, sinalizam: o desenvolvimento dos comportamentos *metalingüísticos*. Essas habilidades metalingüísticas explicitariam, no campo da aquisição da linguagem, o momento em que a criança começa a “tomar consciência” da impropriedade ou inadequação de sua fala e a corrigir-se. Deve-se dizer, portanto, que as habilidades metacognitivas (externas) explicitariam mais propriamente *revoluções metacognitivas* (internas), já que o que está em questão é a *tomada de consciência* das regras da linguagem.

Nos monólogos, como se vê, começaria a reinar o sujeito psicológico também na Aquisição da Linguagem. Um sujeito que “começa a saber sobre” a linguagem. Importante é que, antes dos monólogos, admite-se um “uso sem saber”. A pergunta que faço é: como consentir que, num determinado momento, o sujeito “mude de natureza” e se posicione acima de sua história de determinação pela linguagem? Que assuma controle sobre o que o controlava?

Quero chamar a atenção para o fato de que “determinação”, segundo o dicionário filosófico de Lalande, é “fatalidade” no sentido de que a direção que ela impõe é compulsória, ou seja, não se pode postular perda gradual da força da determinação. Isso seria insustentável do ponto de vista epistemológico.

A interpretação que pude oferecer dos monólogos (Lier-De Vitto, 1994), afastou-me, tanto dos ideais de linearidade e literalidade da Lingüística tradicional (e da sentença como unidade de análise), quanto de uma concepção psicológica de sujeito. Esse afastamento deveu-se à minha filiação à visão interacionista, com Cláudia Lemos (1992). Ali, interação é diálogo, é movimento da linguagem sobre a linguagem. O “outro” não é “socius”, individualidade e, sim, “instância de funcionamento lingüístico discursivo” (Cláudia Lemos, 1992). Como outro do Outro, é “já assujeitado”, “é território em que a língua já funciona” (Lier-De

Vitto & Arantes, 1997). É alguém já capturado pela linguagem. De fato, a idéia de “captura” tira de cena as de “apropriação/controlê” e “consciência”. Tira, também, a de “internalização”. Não é, então, o sujeito que se apropria da linguagem, é a linguagem que dele se apropria, que o atravessa e o *cinde* em falante/ouvinte.

O que pude ver nos monólogos foram os efeitos do diálogo¹. O que vi não foi uma criança contemplativa e sim um sujeito “fora de controle”, um sujeito que parece esvair-se na voz, já que nela circulam falas dos outros. “Falas” que são “restos metonímicos” que a língua põe em movimento. “Movimento” que, por sua vez, situa o sujeito nas redes de relações e de sentido que o funcionamento trama. Nos monólogos, vi um sujeito que não pode dar conta seja da clareza, seja da inteligibilidade do que diz. Nisso reconheço a interpretação dos dados que Piaget e Vygotsky fizeram. Não acompanho, entretanto, a sentido teórico que deram a elas.

Tendo em vista que um significante circula por muitos lugares, freqüenta muitos discursos, se deles amputado, é fragmento, resíduo de textos, que poderá convocar a pluralidade de redes em que foi fixado. É por isso que se observam cruzamentos transgressivos que perturbam a unidade textual dos monólogos. É por isso, também, que abalada fica a linearidade sentencial. É nesse passe, que inclui o funcionamento da língua, que os “erros” devem ser incluídos na discussão. Eles não estão fora do funcionamento: são, de fato, efeitos dele. Efeitos que burlam a historicidade dos dizeres, do sentido e da sintaxe. Quero dizer que “erros” são fragmentos que a orquestração dos eixos metafóricos e metonímicos faz aparecer. Quero dizer, enfim, que os “erros” *estão submetidos* à lei de funcionamento da língua.

Ora, se a língua é puro funcionamento, esse funcionamento aproveita a materialidade da linguagem ou, como diz Paul Henry, o funcionamento “se realiza pelo viés de formas e substâncias” (1992, p. 163). Nesse caso, o “erro” não foi a criança que cometeu, “foi a língua que bifurcou” (ibid., p. 171). São os erros e imitações (também) que põem em xeque o sujeito psicológico que reina na Aquisição da Linguagem porque mostram, exatamente, um sujeito fora do con-

1. Remeto o leitor ao trabalho de Ruth Weir (1962) *Language in the Crib* e ao meu próprio *Os monólogos da criança: delírios da língua* (1994), em que podem ser encontrados excertos de monólogos de criança.

trole: as imitações deixam ver uma fala outra na fala da criança e os “erros”, os movimentos da língua articulando esses fragmentos.

Penso que a “imitação” remete à especularidade e mostra que a linguagem é aquilo que falta à criança, mas que está em outro lugar. Como falar em “liberdade” e “controle”, nesse caso? Liberdade em relação a quê, deve-se perguntar, já que, para dizer (dizer-se) é preciso dizer de certo modo: modo mesmo de submissão à lei. “Liberdade”, nesse caso, é ilusão. Sustentar que nos monólogos a criança “fala de si” e “para si” significa negar que lá estejam o Outro e os outros. Significa, também, atrelar interação a um empirismo: à idéia simplista e ingênua de alternância ou reversibilidade de papéis entre indivíduos/sujeitos, entre “seres-em-si-mesmos”.

Diante dos monólogos, pude afirmar que o sujeito nasce no campo da linguagem. É lá, nesse campo, que ele se encontra com o outro (a palavra do outro) e com ele. Nesse caso, *o que conta neste outro é que ele fala*. A questão relativa à condição de produção dos monólogos foi por mim recolocada nos seguintes termos. *Deve-se indagar* (como procurei fazer) *sobre o efeito que tem, sobre a criança, o silêncio do outro* (não sua ausência/presença propriamente dita)². Acredito que nesse silêncio, ela é situada no interior de uma *articulação significativa* que a captura em redes que se entrecruzam. Redes que têm suas necessidades, suas organizações, mas que podem mudar de direção tão logo nelas se faça um buraco para introduzir uma outra possibilidade de articulação, um outro destino (não menos determinado). Nesse caso, trata-se, então, do *efeito decorrente da condição de produção de “não ser escutado”*. O que procurei mostrar foi que os *monólogos deixam ver sua determinação dialógica e discursiva*. Nos monólogos há outros no dizer da criança, dizeres outros que deixam ver um sujeito cindido, dividido em seu dizer (na sua voz circulam pedaços de dizeres de outros). Há Outro, também: um funcionamento que cruza dizeres, sem que a criança possa ali intervir como sujeito “em controle”. Ele começa, sim, a ser posta entre significantes.

2. Aliás, Piaget, com seus monólogos *coletivos*, e Kuczaj, com seus monólogos “*in social context*”, põem em causa (sem enunciá-lo) o critério de presença/ausência de interlocutor como determinante de diálogos/monólogos respectivamente.

Ruth Weir suspeitou disso, mas não pôde assumir suas intuições. Que sentido se pôde tirar do movimento que faz em direção aos chistes de Freud? Foi por essa via, que não pôde ser explorada por ela, que conduzi as minhas inquietações sobre os monólogos. É por encontrar em Weir um gesto de suspeita relativamente à análise que ela própria desenvolve, gesto com o qual pude me identificar, que deixo registrada minha admiração por essa autora e seu trabalho que, diga-se, não deixa de ser perpassado por oscilações. Oscilações que foram apagadas por pesquisadores depois dela e que de seu trabalho se serviram. De suas análises, consagrado foi, no campo da Aquisição da Linguagem, apenas aquilo que pôde ser digerido pelas descrições vigentes.

O novo, o revolucionário do trabalho de Weir parece ter sido interpretado como um gesto aventureiro e não condizente com práticas científicas. Ou, quem sabe, nem isso. Talvez o “novo” no trabalho de Weir tenha sido apagado pelo olhar rotineiro no/do exercício disciplinar. Para mim, tem valido o que *Language in the Crib* trouxe de riqueza e de possibilidade de trilhamento de rumos alternativos que permitam problematizar a questão “subjetividade e linguagem”.

Resumo

Este trabalho discute a concepção de sujeito presente na Psicologia do Desenvolvimento, tendo como lugar um ponto nuclear: o da “fala egocêntrica”. A expressão “egocêntrica”, que qualifica a fala da criança, sustenta a presença de sujeito epistêmico, centrado na própria perspectiva. Os monólogos da criança são tomados ali, sem exceção, como evidências empíricas inquestionáveis da emergência dessa subjetividade unitária e em controle de si mesma. Na área de Aquisição da Linguagem, esse estado de coisas não se altera, embora se apresente sob outra modalidade argumentativa. Pesquisadores procuram, nas formações monológicas, evidências em favor do ponto de vista de que estruturas e mecanismos linguísticos começam a se tornar acessíveis à criança; de que ela começa a manifestar habilidades metalingüísticas. Nessa busca, os monólogos são dissecados, sua especificidade anulada e, com ela, encoberta ou desproblematizada, a questão da subjetividade. A interpretação que ofereço para os monólogos afasta-me tanto dos ideais de linearidade e literalidade da lingüística oficial quanto da concepção de

sujeito epistêmico da Psicologia do Desenvolvimento. Os monólogos deixam ver um sujeito dividido em seu dizer. 'Dizer' por onde circulam outros não assinados, já em regime de anonimato. Condição mesma para que a criança possa subjetivar-se na linguagem.

Abstract

This paper discusses the consequences of the assumption of an epistemic subject when language is called upon, as is the case of Developmental Psychology. It focuses on a privileged theoretical locus – the “egocentric speech” – where “speech” and “ego” are explicitly put together. Children’s monologues are taken as empirical evidence of the moment when cognitive regulatory processes start operating – processes which lead to individual control of both motor and linguistic actions. In the area of Language Acquisition, children’s monologues are taken as expressions of the emergence of metalinguistic abilities, that is, of linguistic awareness. This means that, although language is analysed according to descriptive linguistic apparatus, the epistemological status of the child as an epistemic subject is maintained. I shall attempt to introduce an alternative view. The monologues show a subject not in control of what she/he says. This is the reason why I keep distance from analyses developed both in Developmental Psychology and in the area of Language Acquisition.

Referências bibliográficas:

- GIANNOTTI, A. (1985). *Origens da dialética do trabalho: estudo sobre a lógica do jovem Marx*. Porto Alegre, L&PM Editores Ltda.
- HENRY, P. (1992). *Ferramenta imperfeita: linguagem, sujeito e discurso*. Campinas, Editora da Unicamp.
- JAKOBSON, R. (1953). Linguagem comum dos lingüistas e dos antropólogos. In: *Lingüística e comunicação*. São Paulo, Cultrix (1969).
- LEMOS, C. (1992). Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismos de cambio. *Substratum*, v. 1, n. 1. Barcelona, pp. 121-135.

- LIER-DE VITTO, M.F. (1994a). Raízes genéticas: implicações e complicações. *Cadernos de estudos lingüísticos*, nº 26. Campinas, Editora da Unicamp.
- _____ (1994). *Os monólogos da criança: delírios da língua*. Campinas, Tese de doutorado. IEL-Unicamp (no prelo).
- _____ (s.d.). Sobre a interpretação. *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas, Editora da Unicamp (no prelo).
- LIER-DE VITTO, M.F. e ARANTES, L. (1997). Sobre os efeitos da fala da criança: da heterogeneidade desses efeitos (no prelo). *Anais do IV encontro nacional de aquisição da linguagem*. Porto Alegre, PUC-RS.
- PIAGET, J. (1923). *Linguagem e o pensamento da criança*. São Paulo, Martins Fontes Ltda (1986).
- _____ (1946). *Formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. Rio de Janeiro, Zahar (1978).
- _____ (1973). "Linguagem e as operações intelectuais". In: J. Ajuiaurra, F. Bresson, P. Fraisse, B. Inhelder, P. Oléron (eds.). *Problemas de psicolingüística*. São Paulo, Mestre Jou.
- VYGOTSKY, L. (1930). La consciencia como problema de la psicologia del comportamiento. *Obras escogidas I*. Madrid, Espanha, Visor Fotocomposición S.A. (1991).
- _____ (1933). El problema de la consciencia. *Obras escogidas I*. Madrid, Espanha, Visor Fotocomposición S.A. (1991).
- _____ (1934). *Pensamento e linguagem*. Lisboa, Edições Antídoto (1979).
- WEIR, R. (1962). *Language in the crib*. The Hague, Holanda, Mouton & Co.

Recebido em set/97; aprovado em nov/97

